
Guerra, Terror, Julgamento*

R. B. J. Walker**

Os desafios provocados pelo ataque suicida e assassino às Torres Gêmeas no Lower Manhattan e ao Pentágono em Washington, D.C., foram mais profundos para as considerações prevalecentes no julgamento político.

O que fazer desses atos dramáticos de violência? Em que bases poderíamos compreendê-los e encaixá-los nas nossas expectativas a respeito de como o mundo se revelaria depois da virada do milênio? Em que bases poderíamos enfrentá-los, tomando-os como desafios aos critérios predominantes da ação política legítima? Como atos de violência que, embora contrariando o senso comum de ilegitimidade ge-

* Publicado em Bulent Gokay e R. B. J. Walker (eds.), *September 11, 2001: War, Terror and Judgement*. London, Frank Cass, 2003. Aceito para publicação em outubro de 2003. Tradução de Marisa Gandelman.

** Professor de Ciência Política e diretor do Cultural Social and Political Thought Program da University of Victoria, Canadá, e professor de Relações Internacionais da University of Keele, Grã-Bretanha.

ral da violência, ocorreram em um mundo em que a vida da maior parte das pessoas, em última instância, se apóia em uma disposição, muitas vezes tácita, outras vezes explícita, de usar a violência em escala ainda maior do que a que se viu naquele dia assombroso de setembro? Baseados em quê fomos encorajados a compreendê-los por meio de narrativas que começaram a ganhar coerência nos comunicados oficiais e nos noticiários depois de alguns dias de desordem conceitual frenética? Em que bases podemos refletir sobre nossas próprias habilidades para questionar o espaço que a violência ocupa na vida política contemporânea, considerando-se a ferocidade da violência e da contraviolência expressa especificamente nessa série de eventos?

Muitas das respostas a estas questões foram oferecidas por atores políticos e comentaristas que ocupam todo o espectro do debate político e ético vigente. Felizmente, nem todas elas foram tão incipientes como aquelas usadas para justificar a ação militar adotada por Bush, Blair e por vários outros governos. Tampouco, também felizmente, tem sido fácil alcançar credibilidade, por meio da articulação de acusações igualmente incipientes e grosseiras, a respeito da resposta violenta que esses governos deram à violência.

Com exceção daqueles que estavam completamente cegos aos padrões conflitantes e conflituosos do mundo contemporâneo, ou daqueles preparados para aceitar o incrível sentido de autojustificabilidade demonstrado tanto nesses eventos específicos como na reação oficial a eles, nossa resposta a toda essa violência necessariamente leva a algumas questões muito difíceis a respeito das bases sobre as quais faremos agora julgamentos políticos, ou que teremos nossos julgamentos feitos por aqueles que alegam ter autoridade para fazer julgamentos políticos.

Pelo menos em alguns lugares, o recurso ao moralismo fácil tornou-se um forte sinal de falência política e ética em qualquer dos la-

dos do debate. Tomo isto como uma das poucas coisas positivas que se pode dizer sobre aqueles eventos e suas conseqüências imediatas. No entanto, embora possamos ser cuidadosamente positivos sobre o grau de resistência que muitas pessoas têm conseguido manter diante dos fáceis moralismos preferidos por tantas elites políticas, tornou-se muito difícil encontrar qualquer tipo de fundamento sobre o qual possam ser desenvolvidos julgamentos políticos mais responsáveis, tanto em relação a esse conjunto de eventos, como em relação à dinâmica da (des)ordem internacional/global contemporânea.

Algumas das questões mais difíceis com as quais nos defrontamos são familiares, e há muito vêm deixando os pensadores modernos bastante desconfortáveis, porém não o suficiente. Elas têm origem nos critérios aceitos como válidos que compõem os pressupostos sobre a necessidade e a legitimidade ética da violência em um mundo moderno de Estados soberanos. Em última instância, essas questões se apóiam na hipocrisia fundamental, nos padrões duplos institucionalizados, por meio dos quais o mundo moderno, em geral, e os liberais, particularmente, vêm tentando alegar padrões universais de verdade e justiça, embora eles defendam argumentos paroquiais, de seus próprios Estados-nação, sobre verdade e justiça. Deus, ou civilização, ou a virtude, está sempre do lado de alguém e conhecemos muito bem o que isto significa para aqueles do lado de quem não está.

Algumas questões, em segundo lugar, têm a ver com a dificuldade de se interpretar a dinâmica estrutural do poder e da autoridade na ordem global contemporânea. Os Bushes e os Blairs podem falar como se estivessem atuando em um mundo de Estados soberanos e moldar suas retóricas de acordo com isso. No entanto, nós, assim como eles, sabemos o suficiente sobre globalização, militarização e desigualdades em escala global para dar um desconto às suas retóricas, embora provavelmente não o bastante para fazer surgir uma explicação mais coerente sobre um mundo que passou a ser demasiadamente comple-

xo para ser reduzido às categorias simplistas dos escritores de discursos e dos livros-texto de relações internacionais.

Conseqüentemente, em terceiro, mesmo aqueles que estão acostumados a lidar com a hipocrisia estabelecida da vida política moderna encontram dificuldades, quando tentam responder aos eventos de 11 de setembro com base nas formas de internacionalismo que, embora sejam especialmente populares entre os homens de Estado, advogados, acadêmicos e comentaristas na Europa e em muitos outros lugares, parecem fundamentar-se em premissas sobre a organização política do mundo que não se encaixam no que a maior parte das pessoas intui a respeito do que está se passando. É aqui que as dificuldades de julgamento são mais intensas. Independentemente de quais sejam as especificidades do 11 de setembro, elas devem ser entendidas como parte de um padrão mais amplo de eventos que expressam desafios profundos para as motivações da violência legítima em um sistema de Estados modernos soberanos que são aceitas como válidas. Esses desafios não são novos. No entanto, o tipo de crise precipitada pelos dramas daquele dia oferece um grau de aprofundamento em um processo que muitas pessoas percebem apenas vagamente, e que escapam até mesmo às mais sofisticadas formas de análise política. Tateando na luz ofuscante das novas ordens mundiais, da globalização em expansão, de uma nova paz liberal e uma civilização aparentemente vitoriosa, um lampejo na escuridão revela novos pactos de violência, e ainda mais violência.

Aqui, faço alguns breves comentários sobre cada uma dessas três fontes de incerteza para os fundamentos de nossos julgamentos, antes de concluir com um comentário ainda mais breve sobre a relação entre a dificuldade de se fazer julgamentos nesse caso e um conjunto mais amplo de preocupações a respeito da possibilidade de uma prática política significativa sob as condições contemporâneas – talvez hegemônica, talvez quase-imperial, bastante familiar em alguns aspectos, mas em outros completamente desconcertantes.

Muitos julgamentos sobre os eventos específicos de 11 de setembro foram articulados: alguns sábios, outros bastante irresponsáveis. Os julgamentos a respeito desses julgamentos variam. Do meu ponto de vista, a sabedoria combinou genericamente algum sentido de tradição de internacionalismo com uma noção de que esses eventos específicos precisam ser colocados em um contexto histórico e estrutural mais amplo, enquanto a irresponsabilidade foi disfarçada na roupagem familiar de hipocrisia nacionalista mascarada de moralidade universal. No entanto, ao final, muito da dificuldade de se fazer julgamentos nesse caso surge de uma fragilidade mais ampla no consenso internacionalista estabelecido e dos padrões das transformações estrutural-históricas que desafiam, há bastante tempo, os critérios de autoridade legítima que são aceitos como válidos.

Hipocrisias Modernas

Os ataques em Nova York e Washington provocaram uma sensação de afronta em quase, porém não em todos, os lugares. De fato, para muitas pessoas, os fundamentos do julgamento eram tão claros e firmes quanto é possível imaginar. Para a maioria dos americanos – abatidos pela primeira vez com tanta violência dentro de seu próprio território, e contra símbolos tão importantes de poder e autoridade política –, a afronta continua sendo o único fundamento sério para o julgamento. Nos Estados Unidos, especialmente, o julgamento político tem sido poderosamente moldado por um elemento ético de revanche. Esta ética foi amplificada pela mídia de massa cruelmente manipuladora, pela profunda incompreensão entre muitos – mas certamente não entre todos os americanos – de seus efeitos no mundo maior, por uma variedade de peculiaridades distintivas da cultura americana e pela mobilização de sentimentos nacionalistas e patrióticos que fazem parte de um intimidante exercício um pouco parecido com *state-building*. Em troca, essa ética serviu para legitimar uma exibição maciça de poder militar e diplomático e para deslegitimar

qualquer política que desafie as decisões soberanas do regime Bush. Não há dúvida de que naquele momento específico de crise, e durante alguns meses seguintes, a política foi condensada em um “decisionismo” impressionante: um “decisionismo”, vale dizer, que traz de volta à lembrança muitos dos piores momentos da história do século XX. Uma emergência foi declarada, um inimigo foi definido, a violência foi desencadeada, a democracia foi mais uma vez subordinada às alegações de necessidades de Estado.

Entretanto, a vida política nunca é tão simples, mesmo em estado de emergência, e mesmo para aquele que parece ser o maior dos grandes poderes. Que tipo de emergência era essa? E para quem? Que tipo de decisão foi tomada? Que tipo de violência foi desencadeada? Com que tipo de ambição e de legitimidade?

Conforme vários comentaristas observaram quase imediatamente, eventos como esses não acontecem por mágica ou por força dos demônios. São episódios que fazem parte de uma série mais ampla de eventos, processos, estruturas, necessidades e liberdades. As decisões que respondem a um evento específico, isolado, colocam em risco o julgamento político e possibilitam sua substituição por uma ética do compromisso (Weber, 1994) – nos termos que Max Weber usou para capturar a contradição definidora da vida política moderna no final da Primeira Guerra Mundial. Não surpreendentemente, a principal resposta crítica à imediata ética da revanche que parecia dirigir o regime Bush foi a contextualização dos eventos, atraindo a atenção para outras exibições de violência ultrajantes, muitas delas com o envolvimento americano explícito e brutalmente imperdoável. As respostas críticas buscavam se desembaraçar de vários padrões de causalidades históricas e estruturais que podem, de alguma maneira, explicar a violência que simplesmente não fazia sentido para muitas pessoas, exceto nas categorias religiosas de bem e de mal: categorias que privilegiam uma teologia de salvos e condenados em detrimento de todas as categorias políticas que o mundo moderno vem constru-

indo tão cuidadosamente para evitar a degeneração da política em guerras de religião de convicção ética.

Aqui chegamos ao âmago do problema. Há muito que os apelos às convicções autojustificáveis vêm sendo entendidos como um meio efetivo de mobilizar apoio para fins políticos, especialmente em momentos de crise. No entanto, desde o fim das guerras religiosas do século XVII na Europa, ou mesmo desde que o surgimento do humanismo renascentista desafiou a autoridade religiosa em nome de uma comunidade política secular, uma das principais ambições da política moderna tem sido evitar a redução da política a qualquer ética simples de convicção. Por isso, a Paz de Westphalia de 1648, no fim da Guerra dos Trinta Anos – uma guerra disputada principalmente em função de fundamentos religiosos –, é vista tão freqüentemente como o momento fundador básico das relações internacionais modernas. Diz-se que as guerras religiosas são especialmente sórdidas, e as considerações modernas das relações internacionais são afirmadas sobre premissas de que é possível mitigar sua maldade por meio da construção de instituições puramente seculares e formas de Estado que se fundamentem em modos mais triviais de auto-interesse e de acomodação pragmática.

É claro que, na prática, os sentimentos religiosos, ou quase religiosos, freqüentemente, ameaçam submergir em uma política de poder puramente secular. Tanto o nacionalismo como as lutas ideológicas do período da Guerra Fria, demonstraram formas muito poderosas, apesar de secularizadas, de convicção religiosa e de autojustificabilidade, trazendo níveis extraordinários de violência e militarização para sociedades que se orgulhavam de sua civilização e ilustração. A vida secular moderna não é imune à dinâmica de autojustificabilidade normalmente associada aos conflitos religiosos. A experiência de destruição em massa do século XX representa uma advertência impressionante para todos aqueles comentaristas insensíveis que consideram de forma simplista o Islã como a fonte de todos os problemas

contemporâneos ou que tentam fingir que a modernidade liberal não tem sido cúmplice da violência. Contudo, as esperanças do internacionalismo moderno vêm se apoiando em uma aposta de que as estruturas do sistema moderno de Estados soberanos seculares – democracias amantes da paz, como somos encorajados a chamá-las – continuam fortes o suficiente para impedir mais uma erupção de fervor ideológico.

O dia 11 de setembro de 2001 marcou um momento no qual essa aposta começou a se mostrar excepcionalmente arriscada outra vez. Mostrou-se arriscada não somente porque esse momento foi desencadeado em nome de uma religião específica sobre partes de uma ordem norte-americana/global, mas também porque a resposta do regime de Bush – o fato de todas as oposições às agendas políticas próprias do Bush filho terem sido identificadas como nocivas, como suscetíveis aos propósitos e ao *status* extremamente volúvel de terrorista – vai contra a própria índole de qualquer das considerações tradicionais a respeito do que significa agir de forma responsável em um sistema moderno de Estados soberanos. Ao mesmo tempo que é possível ver a maneira como o apelo ao bem e o mal funcionam politicamente – como uma tática para ser usada em estado de emergência, como um procedimento para promover o nacionalismo, o patriotismo, a construção do Estado e as escoras de regimes quase-democráticos –, é possível ver também o resultado do enfraquecimento de políticas que guardam alguma semelhança com uma política responsável para um sistema moderno de Estados seculares e democráticos.

Essa é uma dinâmica que remonta ao início do sistema moderno de Estados. Ela se expressa na tensão entre julgamentos enraizados em algum tipo de ética religiosa privada e em uma ética ancorada na preservação de um Estado capaz de sustentar uma comunidade humana de pessoas éticas, e de um sistema de Estados capaz de garantir a variedade de possibilidades éticas na forma das diversas culturas que compõem a comunidade de nações. É uma dinâmica que foi usada

exaustivamente no rastro dos ataques: entre o nacionalismo extremo, ou alguma coisa do gênero, da maior parte da administração Bush e as tendências mais internacionalistas de Colin Powell; entre Bush e a maior parte dos Estados europeus; e na tentativa de Tony Blair de sustentar as duas posições simultaneamente, ou de fingir que internacionalismo bom é a mesma coisa do que defesa do bem contra o mal. É claro que Blair pode ser entendido como um ator político inteligente ao desempenhar um papel, amplamente aceito, de intermediário entre os Estados Unidos e a Europa. Ele pode ser entendido também como alguém que está pessoalmente orientado mais por uma ética de convicção do que por uma ética de responsabilidade política. Em um ou outro caso, a intensidade com que ele conseguiu disfarçar a contradição central entre uma ética de convicção de que ele está ao lado de uma moralidade universal e uma ética de responsabilidade dentro de um sistema pluralista de Estados soberanos, diz respeito a uma dinâmica mais importante do que a carreira de um político pequeno, ou o lugar de um pequeno Estado no mundo.

Muitas das questões de julgamento que são difíceis neste caso, podem ser compreensíveis em termos de algo como a distinção que Weber faz entre uma ética de responsabilidade e uma ética de convicção. Aqueles que recomendaram cautela no recurso à violência, ou que insistiram na importância de se manter uma coalizão internacional, ou a necessidade de se respeitar os procedimentos do direito internacional aceitos como válidos, ou a necessidade de contextualizar um evento violento em relação a outros muitos eventos violentos que continuam a ser uma parte normal da vida cotidiana de tantas pessoas, tenderam a fazer julgamentos com fundamento na responsabilidade internacional. Os outros que pensaram que tudo fosse uma simples questão de bem e mal optaram por algo diferente: talvez pelo nacionalismo e patriotismo virtuosos de seus próprios Estados; talvez por um conjunto de valores que acreditavam que poderia ser aplicado a todas as pessoas do planeta; ou, por ambos, o que é uma hipótese difícil e muito perigosa.

Bush e até mesmo Blair foram francos proponentes da última posição, a hipótese que é sempre complicada. Muitas vezes essa foi uma prerrogativa dos líderes dos Estados hegemônicos, daqueles Estados que eram mais constantes do que os outros e que tinham mais responsabilidade pela manutenção de alguma aparência de ordem internacional. Ocasionalmente, essa foi uma prerrogativa dos Estados “revolucionários”, aqueles que querem impor seus valores mais amplamente como condição para alcançar seu próprio *status* de hegemônico desejado. É claro que o perigo óbvio tanto para os Estados hegemônicos como para os revolucionários é que ao se verem como mais constantes e mais virtuosos do que os outros, eles se vejam mais em termos de império do que de sistema de Estados.

Por isso, estas são as dificuldades mais assombrosas do julgamento político neste caso. Não apenas porque podemos tentar responder a um assalto violento e seu resultado violento repetindo a luta conhecida entre convicções justificadas e responsabilidade internacional, mas porque as verdadeiras bases sobre as quais a maneira de formular julgamentos sobre o julgamento político se apóia podem estar em processo de abrir caminho para outra coisa. Esta possibilidade foi anteriormente considerada muitas vezes, pelo menos em relação à era clássica da *Pax Britannica* e da *Pax Americana*, mas vem sendo investigada com um vigor renovado desde o fim da Guerra Fria. Nesse contexto, ela foi examinada especialmente como uma pretensão a um humanitarismo feito da combinação de aspectos selecionados do liberalismo de direita e as considerações mais benignas a respeito da globalização, que a tomam como um processo que, finalmente, está nos levando para longe daquele mundo fora de moda de Estados-nação em competição, que convivem com a escolha impossível entre uma ética de convicção e uma ética de responsabilidade. Previsivelmente, essa pretensão foi desafiada como se fosse uma simples imposição do mais poderoso. São desafios que tiveram apoio limitado em razão da sua popularidade junto aos mais sanguinários ditado-

res, que buscam legitimidade sob o manto da soberania de Estado, mas que, no entanto, advertem contra modificações simplistas de uma comunidade pluralista de nações para qualquer Nova Ordem Mundial, ou Paz Democrática, ou Fim da História, determinadas por uma pequena elite de governos altamente militarizados agindo em nome do bem comum.

É possível que estejamos vivendo em um mundo no qual todos os Estados são democráticos e amantes da paz, em que todos estão no controle de seus próprios assuntos domésticos e ainda estão milagrosamente unidos pelo tipo de convicção exposto tão orgulhosamente por Bush e Blair. Ou, pelo menos, é possível que com apenas um pouco de ajuda, e um pouco mais de violência, este seja o mundo que estará logo ali na esquina, tão logo nos livremos de mais alguns ditadores sanguinários e de algumas pessoas que não acreditam completamente que Bush e Blair representam a última palavra em virtude humanitária. A partir de uma história como esta, poderemos restabelecer alguma resistência para as bases sobre as quais fazemos julgamentos políticos. Bush virá a ser conhecido como um grande internacionalista. O multilateralismo associado a Powell e, articuladamente, defendido por intelectuais do antigo *establishment* da política externa, como Joseph Nye Jr. (2002), muito mais do que o unilateralismo revolucionário de Donald Rumsfeld e de outros pode, eventualmente, ser julgado como a maneira apropriada de enunciar o lugar da América na ordem política global. Coisas extraordinárias aconteceram. Mas de todas as histórias que estão acontecendo no momento a respeito de onde o mundo se encontra agora, deve ser dito que esta não é a mais evidentemente convincente.

Mais Violência Ainda

A parte mais difícil da análise de qualquer evento político é decidir por onde começar. Os atores políticos contam com a fraqueza da memória humana. Para todas as pessoas, com exceção dos mais ingênu-

os, ficou imediatamente claro que nenhum comentário sério poderia começar com o 11 de setembro de 2001. Fazer isso seria subestimar tanto o significado desses eventos específicos, como a complexidade dos processos que os causaram. Se uma parte da dificuldade de se fazer julgamentos nesse contexto pode ser concebida em termos da tensão tradicional entre uma ética de convicção e uma ética de responsabilidade, uma parte adicional pode ser pensada em termos da dificuldade, cada vez maior, para se interpretar o contexto mais amplo no qual as reivindicações contemporâneas a respeito de uma ética de responsabilidade podem ser entendidas agora.

Existem obstáculos óbvios a qualquer entendimento como este. As paixões do momento sempre tendem a nublar nossos julgamentos analíticos. Tem sido muito difícil também conseguir informação básica, e a informação que temos está muito claramente corrompida pela dinâmica da mídia de massa e pelas exigências da propaganda, especialmente em razão da convergência das tecnologias e práticas da informação e da comunicação com as novas formas de estratégia militar, de táticas e armamentos. Além disso, é muito fácil apelar para situações que pensamos entender a fim de dar algum sentido aos eventos que parecem fugir à nossa compreensão. Muitas analogias foram empregadas para dar sentido a esses eventos relacionadas com o que se presume como lições da história. As analogias que os políticos dos Estados Unidos e do Reino Unido favoreceram inicialmente se referiam a um câncer que precisava ser extirpado e ao ataque a Pearl Harbor, mas foram logo desafiadas por outras mais complexas e preocupantes que se referiam: a um grande *iceberg* do qual o 11 de setembro era apenas uma pequena ponta; ou a uma estrutura muito instável de uma coluna de pratos; ou a 1914; ou a aspectos da Europa nos anos 1920 e 1930; ou mesmo à queda do Império Romano. Quanto mais os comentários buscavam fundamentos nas lições da história, mais a história parecia ser um guia traiçoeiro para uma situação que atraía, no mínimo, a mesma quantidade de alegações de novidade e

de continuidade. As imagens padronizadas das guerras entre Estados pareciam especialmente enganosas, da mesma forma que têm sido há algum tempo, não obstante os recentes assaltos sobre o Iraque e a Sérvia. Seria esta uma guerra apropriada ou um crime? Se fosse uma guerra, precisamente, quais seriam os Estados que estavam em guerra uns com os outros? Se um crime, precisamente, contra quem esse crime era cometido – a América? a humanidade? a modernidade? o liberalismo?

A confusão aumentou ainda mais na medida em que a resposta a um ato específico de violência, rapidamente tomou a forma de um conjunto de conflitos. Até mesmo para um público normalmente engajado, ficou difícil manter a atenção na bola, em parte porque havia muitas bolas em jogo, em parte porque não estava claro se o jogo estava acontecendo, nem exatamente onde estaria acontecendo. A resposta a um grupo específico de terroristas tornou-se uma guerra generalizada contra o terrorismo (prometendo uma guerra mais ampla contra tudo e todos, começando com o Iraque) e uma intervenção específica em uma guerra civil no Afeganistão (prometendo, no entanto, outro exercício de *state-building*, um exercício de construção sobre uma história mais longa e freqüentemente duvidosa a respeito de Estados “fracassados” e Estados “nocivos”, e que abre as portas para preocupações a respeito da relação problemática entre Estados fracassados/nocivos e intervenção militar).

No início do mês de novembro, as vozes com poder de definição pareciam ter deixado o Departamento de Estado, que tinha orientação mais internacional, e se transferido para os militaristas mais intransigentes do Pentágono e que se encontravam entre os assessores mais próximos de Bush, e forças militares extraordinárias foram desencadeadas sobre o território do Afeganistão, que é apenas um lugar entre vários lugares. No entanto, a clareza com que o poder estava centralizado e autorizado em Washington em detrimento de uma coalizão internacionalista, ou de qualquer papel para os Estados regionais, ou

para as Nações Unidas, fez a interpretação dos eventos tornar-se mais difícil e contestável; ou talvez mais fácil e ainda mais contestável.

O fato de a destruição ter sido derramada naqueles locais específicos em Washington e Nova York aponta para uma estrutura ampla de significado na qual esses locais conquistaram um valor simbólico maciço. O fato de o dia 11 de setembro ter provocado uma guerra contra o Terror em qualquer lugar do mundo aponta para o contexto global amplo desses eventos específicos. A identificação tão rápida do inimigo com Bin Laden/Al-Qaeda aponta para uma rede muito mais ampla e desordenada de conflitos, cujo centro poderia ser qualquer lugar – Arábia Saudita, de acordo com os discursos de causalidade imediata; Afeganistão, de acordo com os discursos de localização imediata; Palestina/Israel, conforme os discursos de injustiça adjacente; ou a geopolítica do petróleo, de acordo com os discursos do interesse oculto –, mas também, indiscriminadamente, qualquer lugar onde o Terror pudesse ser encontrado.

Existem várias maneiras de se tentar desenhar um quadro mais complexo do contexto no qual o 11 de setembro deve ser entendido e avaliado. Sete formas de análise podem ser identificadas bem facilmente. Todas têm uma sustentação razoavelmente óbvia a respeito de como se deve tentar dar significado aos ataques de 11 de setembro e os que se seguiram, mas está longe de ficar claro como poderão convergir em um quadro mais abrangente.

Primeiramente, podemos tentar entender a geopolítica de uma região específica como um local crucial para as estruturas geopolíticas globais. Aqui podemos focalizar especialmente na Arábia Saudita, reconhecendo que embora tenham se manifestado fisicamente nos territórios dos EUA e do Afeganistão, tanto o assalto de 11 de setembro como muitos dos aspectos da guerra civil do Afeganistão tiveram suas fontes imediatas na dinâmica que se desenvolvia lá na Arábia

Saudita. Ou na ferida supurada do Estado de terror israelense e no ciclo infinito da resistência Palestina a décadas de colonialismo, o escândalo maciço e o contra-escândalo por meio do qual um conjunto mais amplo de injustiças na região tem sido perpetrado. Ou no Paquistão, como um outro Estado importante implicado na organização de redes específicas de terror. Ou em várias tentativas de descrever um modelo complexo de alinhamentos e realinhamentos, inclusive aqueles que envolvem Iraque, Irã, várias ex-repúblicas soviéticas, Somália, Sudão e Rússia.

Em segundo, podemos tentar reconhecer que essa geopolítica regional complexa está ligada, de forma intrincada, aos aspectos regionais de uma economia política internacional em transformação. Aqui podemos apontar para a geopolítica do fornecimento de energia, especialmente em relação à importância relativa do petróleo no mundo árabe e na bacia do mar Cáspio, tanto a curto como longo prazo. Ou para os imperativos de uma economia de mercado globalizante, sujeita à recessão e ao imperativo do consumo, à organização global dos fluxos financeiros, às economias informais de todos os tipos de criação de riqueza, pelo menos aquelas que envolvem as organizações criminais e as terroristas, e sujeita a uma mudança no papel do Estado e das instituições interestatais de governança na condução de um certo tipo de economia mundial.

Em terceiro, a necessidade de se entender os aspectos regionais de uma ordem internacional em transformação, na qual a lógica do sistema multicêntrico de Estados está em tensão com a lógica da hegemonia global orientada em parte pelo Estado norte-americano, em parte pela dinâmica do capital global. Aqui estamos sujeitos a avançar contra um dos grandes desafios conceituais que confrontam todas as formas de análise política contemporâneas. A tendência comum de tratar a “América” e o “capital global” como atores unitários e intensamente conspiratórios que manipulam as cordas do cenário político mundial não colaborou com esse desafio, assim como o aparente

paradoxo, pelo menos em alguns aspectos, expresso pela idéia de que os Estados Unidos podem ser entendidos menos como uma hegemonia global do que como o único Estado que talvez ainda possa plausivelmente alegar assemelhar-se às velhas fantasias internacionalistas de um Estado soberano autônomo em busca de sua própria segurança nacional. No mínimo, parece claro que estamos testemunhando uma mudança profunda no caráter da antiga tensão entre ordem internacional ou multilateral e a hegemonia do grande poder. Dentro dos Estados Unidos essa mudança se expressa como uma modulação da velha tensão entre multilateralismo e unilateralismo no sentido de isolacionismo, para uma tensão entre multilateralismo e unilateralismo no sentido de hegemonia global. O duplo sentido do termo unilateralismo – como uma saída para as responsabilidades internacionais e como uma forma de equacionar responsabilidades internacionais com os interesses puramente nacionais – há muito vem fornecendo um meio útil para a política externa norte-americana disfarçar uma das contradições centrais da política internacional moderna a este respeito. Muitas pessoas passaram a rezear corretamente que uma retórica unilateralista para legitimar a defesa nacional tenha finalmente empurrado para bem longe as convenções de um poder hegemônico dentro de um sistema internacional, para alguma coisa mais próxima de uma hegemonia que subordina um sistema internacional à sua própria forma unilateralista – imperialista – de ordem global¹.

Por essas razões crescem as tensões estruturais entre o Estado norte-americano e as convenções multilaterais estimuladas pela Europa; tensões que vinham aumentando de qualquer maneira, pelo menos depois da guerra nas fronteiras orientais da Europa promovida contra a Sérvia pelos Estados Unidos em nome da Europa, e em relação às demandas de alargamento da União Européia, ao desenvolvimento de idéias sobre sua política de segurança, e assim por diante. Essas são as razões também das tentativas de Blair de equacionar, sem ter de fazer emendas, os aspectos multilaterais e unilaterais da coalizão.

Além disso, prolonga-se ao fundo o aparente realinhamento da Rússia com o Ocidente, assim como a tensão entre os Estados Unidos e a China e todas as outras questões de longo prazo que, entre outras coisas, induziram as elites americanas poderosas a pressionar por novas formas de sistemas de defesa de mísseis que ameaçam minar todo o progresso na redução de armas de destruição em massa.

Essas três considerações levam diretamente a um atalho para, em quarto lugar, algumas observações familiares sobre o padrão mais amplo de violência no mundo contemporâneo. Muitas cifras podem ser citadas aqui, mas escolherei apenas uma: a taxa de morte nos Estados Unidos dos ataques de 11 de setembro foi apenas cerca de 1% da média estimada de pessoas mortas no mundo em razão de violência *política* a cada ano na década de 90; política, vale dizer, não inclui aqueles que morrem de exclusão/exploração econômica ou colapso ecológico. É nesse contexto que se pode entender os níveis maciços de hipocrisia nos quais estamos todos implicados e que nos conectam todos, de boa ou de má vontade, a forças que atuaram tanto nos ataques como nas respostas a eles.

Devemos fazer uma pausa aqui para lembrar os massacres da Guerra do Golfo que não foram largamente relatados, os efeitos diretos do cerco ao Iraque que estão em andamento, o massacre de Srebrenica, os milhões que morreram no Afeganistão nas duas últimas décadas, ou talvez, especialmente, a contínua produção e o comércio de armas, que é tão central para a produção cotidiana da vida social em partes supostamente civilizadas do mundo. Os números são sempre contestáveis, é claro, e sempre haverá alguém para justificar essa ou aquela matança em massa, essa ou aquela remessa de armas, esse ou aquele investimento na comunidade local que sobrevive da produção de máquinas de matar. O que parece ser bastante incontestável e injustificável, no entanto, é a contínua militarização de todas as sociedades, inclusive, e em algumas circunstâncias especialmente, daquelas que alegam ser os bastiões da liberdade e da virtude internacional.

Não é nenhuma novidade que a violência provoca violência, e que quanto mais continuarmos a buscar segurança nacional com mísseis de defesa e todo o restante do aparato, tanto menos segurança qualquer um terá em qualquer lugar. Daí todas as demandas por algum tipo de segurança humana preferivelmente à segurança nacional que se desenvolveram nas últimas duas ou três décadas, e o argumento de que temos vivido com alguns sintomas especialmente malignos gerados pelas formas patológicas de militarização em escala global.

Este ponto está relacionado com, em quinto lugar, a necessidade de se entender as formas de violência em transformação no mundo contemporâneo. Muito do debate recente sobre segurança e assuntos militares foi tomado pela mudança, bem divulgada, das guerras abertamente internacionais para guerras civis nos chamados Estados fracassados, por um lado, e o desenvolvimento das tecnologias de comunicação intensiva móvel (centrada em redes/centrada em informação), por outro. Os argumentos sobre a ameaça do terror são inseparáveis de ambos. A violência detonada no Afeganistão pode ter sido militar, mas não foi uma guerra convencional entre Estados, e a maneira apropriada de fazer associações entre o que se passou lá e o recurso ao terror será, sem dúvida, um tema para conjecturas sem fim.

Em sexto, podemos tentar entender o alcance das mudanças globalizantes de larga escala que contribuem para e são efeitos de tudo o que foi dito acima. Aqui devemos focalizar na novidade de uma economia política global em vez de internacional; ou de uma ordem política global em vez de internacional; ou de um sistema político emergente de redes interurbanas no lugar dos velhos Estados-nação; ou da dinâmica da mudança climática e ambiental a longo prazo. Em todos os casos, a globalização, independentemente do que ela possa envolver, diverge consideravelmente da imagem popular de um movimento em direção a algum tipo de supranacionalidade que envolve o fim dos Estados, e provavelmente envolve uma proliferação sem precedentes de redes em constante transformação, e a intensa agitação das

fronteiras da inclusão e exclusão. Sob esse aspecto, e independentemente de seu apelo substantivo a uma religião dos tempos antigos, a Al-Qaeda, assim como a “guerra” detonada contra ela, demonstra um mundo altamente contemporâneo de redes e fluxos que são familiares para os analistas do crime organizado, das finanças, da informação e do movimento de pessoas.

Finalmente, devemos começar a admitir que a interpretação e o julgamento serão influenciados pelo lugar onde a pessoa está, pelo lugar que a pessoa ocupa dentro das estruturas da ordem internacional ou global. Pode ser, por exemplo, que muito do debate entre os defensores europeus do multilateralismo e o tipo de unilateralismo preferido pela maioria do regime Bush acenda uma preocupação sobre a mudança de uma ordem internacional para algum tipo de ordem imperial, mas muitas pessoas vivenciaram, por muito tempo, vários tipos de ordem imperial como se fosse a ordem natural das coisas. Julgamentos sobre violência legítima que pressupõem um mundo de Estados soberanos iguais têm maiores possibilidades de soarem especialmente vazios em lugares onde os fatos mais óbvios da vida são a desigualdade e a contínua reprodução da desigualdade em nome de um capitalismo liberal globalizante. Existe, afinal, mais do que uma maneira de se analisar as hipocrisias do mundo global contemporâneo que se normalizaram e foram institucionalizadas, hipocrisias que não podem ser ignoradas nas tentativas de explicar os eventos de 11 de setembro nem nos desafios que apresentam para as considerações que prevalecem no julgamento político.

Guerra por Outros Meios

Todos esses e outros pontos de partida oferecem uma oportunidade potencialmente sem fim para a análise e o debate. A maneira como comecei a esboçar as várias direções nas quais essas linhas de análise poderiam ter sido tomadas dá alguma noção das estruturas e forças que gostaria de enfatizar especialmente, mas também do alcance das

discussões a respeito de o que poderia ser considerado uma narrativa explicativa convincente. Entretanto, elas implicam mais significativamente uma série de desafios, que se sobrepõem e se reforçam mutuamente, a vários princípios fundamentais da vida política moderna, especialmente porque esses princípios estão expressos nas estruturas e determinações do sistema de Estados que tem sido a principal condição de viabilidade da vida política moderna há alguns séculos.

As teorias modernas de relações internacionais normalmente começam com alguma versão da idéia de que o sistema de Estados é fragmentado e, portanto, governado da forma mais rudimentar possível. O resultado é uma seqüência de períodos mais ou menos pacíficos de acomodação e ajuste entre Estados – como ouriços dentro de um saco^{*}, conforme um dia foram chamados pelo pensador do século XIX Schopenhauer – e períodos de mudança violenta à medida que vários Estados se tornavam mais poderosos; são períodos de guerra, que tradicionalmente têm sido vistos como necessários para o ajuste às mudanças em um sistema que não tem uma fonte abrangente de governança, e, dessa forma, são tidos como legítimos. Esta é a idéia básica que ainda aparece nas imagens das grandes guerras do século XX – guerras nas quais algumas pessoas ainda querem lutar, mas que qualquer um que tenha uma memória significativa desse século sabe que agora são impossíveis ou insanas.

Por trás desse raciocínio familiar – ainda que cada vez mais ultrapassado – sobre a organização das comunidades políticas modernas em um sistema de Estados, estão dois princípios básicos, ainda muito presentes em nossas vidas. Um deles estabelece que o sistema de Estados precisa ser organizado em termos seculares razoavelmente racionais; guerras só devem ser lutadas para buscar os interesses pragmáticos e materialistas do Estado, e não para garantir a adesão

* [A expressão “ouriços dentro de um saco” é a tradução literal de “hedgehogs in a bag” que foi usada pelo autor e por ele atribuída a Schopenhauer. N.T.]

universal a qualquer doutrina religiosa ou quase-religiosa. O outro é o princípio de que não deve ser permitido ao sistema de Estados recair nos tipos de império dos quais os Estados modernos conseguiram se libertar reivindicando seus direitos soberanos de autodeterminação.

As coisas não foram sempre iguais desde o surgimento do sistema moderno de Estados, e esses dois princípios têm sido constantemente desafiados desde o início. Por um lado, práticas explicitamente seculares acabam freqüentemente sendo dirigidas, pelo que se parece muito com fervor religioso, por uma ética de convicção. Aqui, os piores excessos de nacionalismo vêm à mente, assim como alguns aspectos do fascismo e a dinâmica ideológica da era da Guerra Fria. Porém, muitas tendências aparentemente mais benignas precisam ser entendidas nesse contexto também, como, por exemplo, aquelas que nos encorajam a pensar que podemos ser todos humanos unidos por um elo de fraternidade, ou mesmo de irmandade universal; ou como as que nos encorajam a pensar em humanismo, paz universal, progresso, modernização, como no discurso de Blair para o Partido Trabalhista em Brighton.

Em qualquer das hipóteses, podemos ver as conseqüências do grande pacto que fizemos com nós mesmos, como modernos que somos, para que nossas reivindicações sejam humanas, éticas, de alguma forma mais próximas de Deus, mesmo quando negamos a existência dele ou dela. Nesse pacto, somos todos bons humanos, exceto quando confrontados, digamos, com Napoleão, Hitler, a ameaça comunista, os revolucionários do Terceiro Mundo, as hordas islâmicas ou, mais recentemente, os terroristas, caso em que Deus os ajudou. Podemos nos sentir justificados ao fazer qualquer uma dessas exceções, mas quando estas são orientadas para os extremos, a justificabilidade passa a ser, mais precisamente, uma autojustificabilidade. Por todas as nossas simpatias a várias moralidades, estamos sempre preparados para fazer uma exceção, e acreditar que a violência, a violência

de massa, é legítima. Deus, ou pelo menos a razão, o senso comum, a civilização, a sociedade que pode ser religiosa ou moral sem ser fanática, e todos os outros sinônimos para a nossa versão do bem, da verdade e da beleza, estão do nosso lado. Na história convencional, o “nosso lado” é interpretado como algum tipo de identidade nacional ou estatizante, embora o jogo de amigo ou inimigo nem sempre tenha sido contido pelas estruturas do sistema de Estados. Conhecemos as nossas hipocrisias. Frequentemente nos preocupamos com elas. No entanto, especialmente em momentos de crise, deixamos nossas hipocrisias soltas no mundo.

Por outro lado, o princípio da igualdade soberana dos Estados tem vivido em tensão com as realidades de hegemonia e dominação de um grande poder (*Pax Britannica*, *Pax Americana*, colonialismo e neocolonialismo, uma Guerra Fria entre dois superpoderes), com o avanço de uma economia capitalista globalizante e agora com o surgimento de apenas um superpoder, ou hiperpoder, ou hegemonia global, ou talvez algum tipo novo de império. Esta tensão se expressa, por exemplo, na distinção institucional entre a Assembléia-Geral e o Conselho de Segurança das Nações Unidas. Não está claro agora se devemos entender a dinâmica principal da vida política como relacionada a algum tipo de sistema de Estados (o grande jogo, o equilíbrio de poder, as regras de multilateralismo, e assim por diante), com os Estados Unidos desempenhando o papel de grande poder hegemônico, ou relacionada a um império entendido em parte como “América” e em parte como “globalização” ou “pós-modernidade”. De acordo com a sabedoria convencional sobre internacionalismo moderno, é de se esperar que quando a lógica hipócrita do sistema moderno de Estados se encontra com a lógica de um império universalizante, provavelmente, se está diante de um problema. Não é irracional pensar que podemos estar vivendo um momento como este, e isso vem acontecendo há algum tempo. Mais uma vez, o 11 de setembro parece ser apenas um episódio de uma história mais longa, mas neste

caso é uma história que vai ao âmago dos princípios mais básicos pelos quais alegamos ter consciência de nossas possibilidades como seres políticos modernos.

Sem dúvida, é possível continuar contando a história do internacionalismo moderno. Estamos, pode-se dizer, testemunhando um poder hegemônico pedindo para ser o grande responsável pela sustentação da ordem em um mundo sitiado pelo fervor revolucionário e, neste caso, um fervor explicitamente religioso. Nesse processo, gera-se também um certo tipo de fervor, talvez um pouco “religioso” demais no sabor, mas que em último caso se manifesta como um nacionalismo compreensível, ou talvez um patriotismo, mas em qualquer hipótese subordinado aos seus parceiros internacionais em um sistema internacional apropriado que ainda é capaz de manter os princípios básicos da vida política moderna. Esta é a grande esperança de todos os internacionalistas, a esperança que permite que várias tradições do liberalismo encontrem alguma acomodação para mais um recurso à violência em massa e para o apoio a aliados duvidosos. Neste ponto, as complicações surgem a partir de três suspeitas.

Primeiro, a suspeita de que para o regime Bush o internacionalismo tenha se transformado em um abrigo conveniente para uma forma imperialista de unilateralismo que se completa com uma tropa de Estados-clientes que podem se lamentar amargamente, mas que continuam incapazes de competir no campo de jogo da ordem internacional. Segundo, a suspeita de que aquilo que alguns preferem interpretar como patriotismo legítimo de um poder hegemônico tenha se transformado em uma ideologia quase-religiosa de superioridade universal. Terceiro, a suspeita de que onde os temores convencionais a respeito de *hegemon*s focalizam no perigo dos Estados revolucionários ou quase-imperiais que mobilizam ideologias quase-religiosas de nacionalismo e patriotismo para gerar distinções absolutas entre amigos e inimigos em uma guerra total entre Estados, estamos testemunhando sinais de luta entre salvos e condenados, ou civiliza-

dos e bárbaros, que estão menos marcados no espaço territorial do sistema moderno de Estados do que em um espaço globalmente articulado e territorialmente incerto que existe entre civilizações concorrentes.

Nesse contexto, verificamos, em parte, o medo de um retorno a um mundo que, na imaginação política moderna, é associado à vida antes do Tratado de Westphalia, às guerras de fanatismo religioso ou quase-religioso, medos que são provocados tanto pelos discursos presidenciais de Bush como pelos vídeos de Bin Laden. Constatamos também medos relativos ao tipo de distinção que é feita entre o supostamente civilizado e o supostamente bárbaro, que volta muito mais longe no tempo e que é menos lembrado no que diz respeito às convenções do sistema de Estados moderno do que em relação às Cruzadas de quinhentos anos atrás, conquistas, colonialismos e missões civilizadoras de todas as espécies.

O aspecto mais impressionante das declarações de guerra de Bush é que elas foram entendidas em termos da capacidade soberana de declarar estado de emergência – a capacidade de suspender todas as normas de comportamento diário – não em relação a outro Estado soberano, mas sim em relação a um inimigo que é essencialmente intangível, que não se conecta a nenhum Estado territorial e que pode ser projetado, quase à vontade, em qualquer território que seja conveniente, em quaisquer corpos e pessoas. Isto pode ser soberania, mas não é a soberania conforme deveríamos conhecê-la. E se não é soberania da maneira que deveríamos conhecer, então podemos esperar que o internacionalismo eventualmente nos resgate da América unilateralista e francamente imperialista – seja ela patrocinada por um pequeno grupo de fanáticos ou dirigida por enormes forças históricas – ou aceitar que as maneiras pelas quais as regras básicas do sistema moderno de Estados e as instituições internacionalistas fizeram esse sistema viável, apesar da recorrência necessária às guerras, realmente agora se desmantelam de forma muito séria².

Este ponto pode ser relacionado não somente à lógica espacial do sistema moderno de Estados, mas também à lógica temporal daquilo que passamos a chamar de modernização. Em razão de todo o apelo à tradição e ao Islã, o fenômeno conhecido como Bin Laden foi uma produção da (tardia ou até mesmo pós-) modernidade. Ele expressa mais uma de uma longa linha de invenções modernas que usam a tradição para desafiar aqueles que adaptaram a modernidade aos seus próprios propósitos. A imagem-padrão aqui é a de um Frankenstein, e não está muito longe de tentar entender o Bin Laden como um fenômeno que lembra as contradições construídas nos nacionalismos modernos ou no Estado fascista.

Bin Laden surgiu de condições sociais nas quais a modernização não significou o processo gradual de democratização, muito orgulhosamente imaginado como tendo liderado “o Ocidente civilizado”, para o lugar onde se encontra no momento, mas sim a fraude cometida por esse Ocidente civilizado, ou pelo menos de partes específicas dele, ao sustentar Estados antidemocráticos em razão de seus próprios propósitos. Daí, a aguda tensão existente entre os regimes mais ou menos modernistas de Estados nessa região e as várias formas de antagonismo social que passaram a se manifestar, cada vez mais, naquilo que muitos poderiam caracterizar como formas patológicas ou fundamentalistas de Islã, embora elas também tenham se manifestado nas tentativas de articular uma resistência pan-árabe a várias formas de colonialismo. No mínimo, é um erro pressupor que os eventos de 11 de setembro tinham em mira simplesmente, ou até mesmo principalmente, os Estados Unidos; mais do que, digamos, a Casa de Saud e todos que ela sustenta como uma expressão de autoritarismo modernista, e como um agente da hegemonia política e econômica da América/global. O que se pode dizer da Arábia Saudita pode ser dito também, com variações importantes, em relação ao Egito, Irã, Síria, Iraque, os Estados do Golfo, e assim por diante. Por este caminho, chegamos até os dilemas específicos do Afeganistão; a combinação

de sauditas ricos, porém militantemente antimodernos, possivelmente associados com a Jihad Islâmica e outros, e uma sociedade pesadamente naufragada pelos atos predatórios de intrusos, incluindo as sociedades mais altamente modernizadas do mundo. Qualquer coisa que se possa dizer sobre características específicas de Bin Laden, a Jihad Islâmica egípcia, Al-Qaeda, ou o Talibã, é crucial para se compreender que expressam contradições sociais e forças que surgem das intensas lutas sociais contra as formas globalmente articuladas de poder econômico, militar e político. Como tal, eles refletem não apenas um recuo fundamentalista ou extremista a uma era imaginada de profetas, mas também muitas críticas caracteristicamente modernas, liberais, feministas e outras críticas às formas arbitrárias e não democráticas de governo na região. Embora seja ultrajante, o 11 de setembro não teve como mira simplesmente a “América”, mas a desestabilização das formas altamente corruptas da política em uma região na qual a “América”, entre outros, é a grande amiga dos regimes corruptos.

Muito do debate, até mesmo do debate crítico, a respeito desse conflito é retratado como se as opções fossem simples questão de bem e de mal, de modernidade ou barbarismo, de Ocidente *versus* Islã, de América boa ou América má. Em vários lugares, no entanto, a resposta principal e mais esclarecedora foi dada não ao se invocar um simples dualismo maniqueísta, mas muito mais ao se apontar formas ostensivas de hipocrisia: a hipocrisia do mais poderoso, que organiza o sistema de acordo com seus próprios interesses e depois recorre a bombas e à autojustificabilidade quando o tiro sai pela culatra; e a hipocrisia do menos poderoso que trouxe para o sistema e conspirou para sustentar regimes corruptos e gerar as condições sob as quais extremistas respondem com violência às injustiças amplamente reconhecidas. Essas hipocrisias atuam em vários contextos. É improvável que regimes autoritários desistam de seu monopólio da riqueza do petróleo, e os americanos não vão desistir do fornecimento de pe-

tróleo barato e seguro. Mas a consequência positiva dos padrões de hipocrisia que se repetem à exaustão é que a análise se desloca das teologias do bem e do mal para as tentativas de entender um mundo de contradições e relações, pelo menos no que se refere ao que tão facilmente caracterizamos simplesmente como modernidade, como algum tipo de condição benigna.

O pensador que ocupou o lugar de maior destaque no pensamento sobre a guerra moderna ao longo do século passado foi Carl von Clausewitz. Ele é famoso por sua noção de que a guerra é a continuação da política por outros meios; noção pela qual ele se referia à necessidade de garantir que a guerra era conduzida de acordo com algum tipo de racionalidade política, em vez de dirigida por paixões incontroláveis do nacionalismo pós-napoleônico aliado a tecnologias altamente modernizadoras (Clausewitz, 1984). A este respeito, Clausewitz trabalhava a partir do entendimento de um mundo de Estados nos quais as práticas normais da política podiam ser conduzidas internamente, mas não podiam ser aplicadas a outros Estados, e pelas quais se preparavam para o estado de guerra, ou estado de emergência, por outros meios.

Uma boa parte da história do século XX pode ser lida tomando-se como referência a questão da possibilidade de se sustentar a distinção entre um mundo racional da política e um mundo de “outros meios”. A compreensão da racionalidade de Clausewitz foi influenciada pelo filósofo Hegel, e estava subordinado a uma alegação de que o progresso humano tem uma direção genérica, pelo menos o progresso humano dentro do Estado racional moderno. No começo do século XX, esse tipo de racionalidade progressiva parecia um pouco duvidoso. Max Weber desenvolvia um raciocínio influente a respeito da dialética peculiar da racionalidade moderna, através da qual quanto maior a força da eficiência instrumental racionalista, maior o apelo aos comprometimentos com valores irracionais – um pensamento que pode demonstrar alguma coisa sobre a experiência

dos campos de extermínio e da dissuasão nuclear, sobre o banho de sangue de um século supostamente progressista, e a hipócrita moralização de uma modernidade que prefere negar suas responsabilidades sobre a violência em massa³. Subseqüentemente, Carl Schmitt (1985;1996) apresentou algumas críticas, lembrando que quaisquer que fossem as pretensões dos liberais, democratas e outros progressistas, o Estado moderno dependeria de uma capacidade arbitrária e sempre potencialmente violenta de definir quem são os violentos. Talvez de forma ainda mais perturbadora, Walter Benjamin (1969) olhou adiante para ver não a guerra como a política por outros meios, mas a política como a guerra por outros meios, a transformação da norma em exceção, a inclusão da violência que parece uma guerra na prática da vida diária, e talvez até mesmo a tentativa de transformar tudo em assunto de segurança, em todos os lugares.

Esses são pensadores bastante depressivos, mas que chegam a alguns dos paradoxos mais profundos de uma modernidade que trouxe tanto o progresso como o desespero, a inclusão para alguns e a exclusão para outros. Mais uma vez, os *insights* desses pensadores podem ser tomados em várias direções. Questões convencionais sobre relações internacionais, por exemplo, pressupõem que o lado positivo da modernidade pode ser experimentado dentro dos Estados e só temos de tolerar, ou de alguma forma mitigar, a violência entre Estados que faz com que seja possível uma boa vida em casa. Considerações convencionais sobre modernização dão a essa história uma interpretação temporal e identificam a vida boa com alguns ideais que têm características ao mesmo tempo inglesas e americanas* e, em seguida, insistem na necessidade de violência, ou de limites à democracia, ou das condições do FMI, como o preço a pagar para se avançar em direção a esses ideais. Em um ou em outro caso, podemos alcançar um pouco

* [A expressão “ideais que têm características ao mesmo tempo inglesas e americanas” é usada como tradução de “mid-Atlantic ideals”. N.T.]

do sentido da dinâmica espacial e temporal na qual as forças de uma geopolítica e economia política regional-global se desenvolveram no que diz respeito tanto ao Estado em modernização, com todo o autoritarismo e corrupção usuais, como a um império/*hegemon* globalizante, que expressa toda a hipocrisia que pode ser empacotada dentro de histórias a respeito da modernidade como uma jornada perfeitamente benigna a um futuro iluminado.

As sabedorias convencionais que são geralmente apresentadas para responder a essa idéia mais crítica e deprimente da modernidade tendem a se apoiar nas esperanças de um mercado supostamente livre, ou em algum tipo de cosmopolitismo, seja de repúblicas ou de sujeitos individuais, articulado com referência em algum tipo de razão universal; uma combinação de Adam Smith com Immanuel Kant. Mais uma vez, essas sabedorias sofreram uma virada internacionalista. Todas as proposições universais podem se manifestar nas jurisdições da autodeterminação dos Estados soberanos, espaço no qual a vida normal cotidiana pode se desenvolver com o auxílio de uma parcela de modernização vinda de cima ou de uma intervenção externa, se necessário. Sam Huntington (1997), o grande contador de histórias sobre as necessidades dos Estados em modernização, dá um nome popular para o deslocamento daquela velha história para um novo mundo de civilizações em competição. Mas as civilizações não coexistem em um sistema de Estados. Tampouco têm um sistema político. Embora existam poucas coisas positivas, se é que existem, para dizer sobre a tese de Huntington, de fato ele tem um faro muito bom para a transformação decisiva, apesar de dar a ela um nome enganoso. Huntington torna-se um bom apologista de um império em busca de um roteiro histórico ágil.

Depois da Folga

Durante aproximadamente uma década antes dos choques dos aviões, a queda do Muro de Berlim foi a base para as alegações de um

mundo em rápida transformação, que passou a ser a nova moeda de credibilidade acadêmica e de formulação de políticas. A geladeira estava desligada, permitindo que a podridão acumulada cheirasse e ameaçasse. A nova ordem mundial foi anunciada, a ser sucedida pela Anarquia Vindoura, o Conflito de Civilizações, a promessa de Globalização e tudo o mais. Parecia que estávamos vivendo uma era de transições, de trajetórias múltiplas, um mundo que tinha ficado muito mais solto e diferenciado do que as rígidas divisões da Guerra Fria. Enquanto se pode apelar para *slogans*, prefiro pensar em uma era de folga, uma proliferação descontrolada de tendências pontuadas pela tentativa ocasional de criar um pouco de disciplina para alguns poucos e selecionados folgados – Iraque e Sérvia mais notadamente –, embora não para outros. O 11 de setembro gerou um rápido aperto dessa folga, um aperto que foi mais dramático e determinado do que aconteceu em relação à Guerra do Golfo ou ao redesenho das fronteiras européias depois da dissolução da Iugoslávia. As linhas foram apertadas outra vez, mas, crucialmente, estão sendo desenhadas menos em torno de um mundo de Estados soberanos do que em torno de alguma outra coisa: uma defesa mundial da civilização contra uma ameaça mundial do terror. Contudo, entre 1989 e 2001, as bases do julgamento político se modificaram. Enquanto a Guerra Fria era compreensível em termos de uma distinção básica entre amigos e inimigos, tendo como base os Estados soberanos, a distinção agora é ligada a algo dramaticamente diferente.

Procurar um contexto mais amplo para situar os eventos de 11 de setembro não significa livrar-se da necessidade de condenar aqueles que se valeram de tal violência. Não tenho dúvida de que essas ações constituíram um enorme crime e deveríamos lidar com elas como tal. O que é realmente terrível nisso tudo é que foi um crime enorme dentre vários crimes enormes, e como bem sabemos, alguns dos piores criminosos têm sido nossos amigos, até mesmo nossos heróis; de fato, ainda estamos reforçando-os. Pior, alguns dos maiores crimes

contra a humanidade foram gerados por forças sociais imensas que destroem as vidas de um vasto número de pessoas todos os dias, forças com as quais alguns de nós prosperamos à custa dos outros, e contra as quais não temos absolutamente nenhum recurso legal. Não podemos levar ao tribunal o sistema econômico, social, cultural ou religioso, e também não podemos bombardeá-los até que deixem de existir. Estamos diante de um problema político, e não somente de um problema legal ou ético. Gostando ou não, prender ou exterminar todos aqueles que foram diretamente responsáveis pelo 11 de setembro não vai resolver os problemas dos quais esses eventos são sintomas.

Provavelmente, vamos ver um contínuo recurso ao fanatismo autojustificado de ambos os lados. De um lado, um fanatismo gerado pelos extremos de violência, injustiça e exclusão, sustentado por uma invenção bizarra de dogmas religiosos e liderado por redes de pessoas que se beneficiaram tanto de nossa indulgência e do nosso desejo de manipular os outros para que matem por nós, como de suas longas experiências de guerras de resistência contra o colonialismo. De outro, um fanatismo sustentado por uma crença autojustificada na superioridade da civilização, assim como nas formas de superioridade muito menos civilizadas. Ambos são perigosos e precisam sofrer oposição. Algumas das pessoas mais perigosas do mundo se escondem nas montanhas, e outras têm acesso legítimo às armas mais devastadoras de destruição em massa que o mundo jamais conheceu. O grande Thomas Hobbes tinha uma idéia bastante boa da maneira como aqueles que alegam nos proteger estão sempre propensos a nos causar sérios prejuízos (Hobbes, 1991). Hoje, essa percepção fundamental é muito mais perturbadora do que era no tempo da Guerra Civil inglesa.

Provavelmente, vamos ver também tentativas de reviver várias formas de internacionalismo ou multilateralismo, já que vários Estados buscam tanto apoiar a campanha norte-americana contra o terroris-

mo (não somente porque o terrorismo é direcionado a eles, em muitos casos mais por causa disso), como resistir a novos deslizamentos de um sistema de Estados pluralista em direção a um império unilateral. Daí a insistência em coalizões e consenso, e, esperamos, resistência ao incrível declive que vai da retirada de Bin Laden à retirada de Sadam e outros indesejáveis altamente seletivos.

Ao final, no entanto, os eventos de 11 de setembro e os que se seguiram a eles apontam para uma multiplicidade de perigos em um mundo no qual as considerações prevalecentes do poder, da autoridade e da segurança fazem dele um lugar seriamente arriscado para todos. Está ficando cada vez mais difícil e custoso assumir que podemos organizar e controlar o mundo desenhando uma linha, tanto física como metaforicamente, entre aqui e ali, entre este e aquele Estado, entre a América e o Oriente Médio, entre os incluídos e os excluídos, entre os cidadãos desse Estado e os daquele Estado, entre as boas pessoas aqui e os estranhos e perigosos estrangeiros lá. As premissas mais básicas da posição internacionalista estão cada vez mais abaladas, como sugere tão claramente a observação dos padrões de refugiados, dos fluxos financeiros, do comércio de drogas, da organização de células terroristas, da organização de forças militares e todo o resto, embora isso certamente não pareça capaz de evitar a busca de vários Estados pelo policiamento da linha existente entre incluídos e excluídos com graus de discriminação maiores do que nunca. Os extremistas de ambos os lados acreditam que podemos e devemos desenhar a linha, e fazem isso da forma mais simplista possível. É especialmente perturbador pensar que a linguagem de cruzada que tantas figuras públicas endossaram no que diz respeito ao Islã é apenas uma forma extrema de moralismo de cruzada que todos os tipos de pessoas usaram para encobrir e legitimar a violência diária intolerável gerada pelos padrões globais das práticas econômicas e militares. O caminho para o inferno foi brilhantemente polido com as melhores intenções.

Qualquer tentativa de desenhar as linhas bem esticadas, de pintar o mundo seja como um conflito de religiões ou como uma partida do grande jogo dos Estados soberanos, fará com que uma má situação fique ainda pior. Pode-se temer a possibilidade de estarmos de volta a uma versão ainda mais terrível da Guerra dos Trinta Anos, ou diante do desmoronamento final da política moderna em demandas de um império autojustificado; ou ambos. Pode-se ter esperança, com os internacionalistas, que esses medos sejam infundados. Mas ambos os espectros mascaram uma transformação geopolítica e geoeconômica complexa que vai muito além da procura de terroristas específicos no Afeganistão ou em qualquer outro lugar.

Esse é o contexto no qual deveríamos falar sobre as formas emergentes de ordem legal, formas mais criativas de relações culturais e sobre a dramática diminuição do espaço para um casamento entre um mercado globalizante e um renascimento do darwinismo social em escala global. A tragédia de nosso tempo não é que não sabemos como falar sobre essas coisas, mas sim que nossa capacidade para fazer isso está, cada vez mais, divorciada dos processos políticos que podem nos permitir fazê-lo de uma forma significativa. Enquanto isso, o general Sharon recebe as bênçãos do mais poderoso, os multilateralistas se mostram bastante preocupados, as questões mais básicas a respeito de autoridade legítima em um mundo em rápida mudança são cada vez mais difíceis de serem respondidas e a política cotidiana está, de fato, se transformando, cada vez mais, na continuação da guerra por outros meios. Certamente, existe um problema aqui, mas é um problema que não atende pelo nome de Terror.

Notas

1. As provas para tal suspeita podem ser encontradas não somente nos comentários mais voláteis que vêm da parte de Bush e de seus conselheiros, mas também no tipo de análise exposta no trabalho de Brooks e Wohlforth (2002).
2. A discussão recente mais provocativa a respeito dessa possibilidade é a de Hardt e Negri (2001), que desenvolvem uma análise que converge e diverge com o argumento subjacente que informa a análise que aqui faço (cf. Falk *et alii*, 2002; Cox *et alii*, 2001, e Biel, 2000).
3. Daí as preocupações de Weber, em “Politics as a Vocation”, com o tipo de político, ou homem, ou personalidade, que poderia corresponder às expectativas desses tempos modernos espiritualmente difíceis.

Referências Bibliográficas

- BENJAMIN, Walter. (1969), “On the Critique of Violence”. Traduções de fragmentos de *Illuminations* (com introdução de Hannah Arendt). New York, Schocken Books.
- BIEL, Robert. (2000), *The New Imperialism: Crisis and Contradiction in North/South Relations*. London, Zed.
- BROOKS, Stephen e WOHLFORTH, William. (2002), “American Primacy in Perspective”. *Foreign Affairs*, vol. 81, nº 4, julho/agosto, pp. 20-33.
- CLAUSEWITZ, Carl von. (1984) [1832], *On War* (tradução de Michael Howard e Peter Paret). Princeton, Princeton University Press.
- COX, Michael, DUNNE, Tim e BOOTH, Ken (orgs.). (2001), *Empires, Systems and States: Great Transformations in International Politics*. Cambridge, Cambridge University Press.
- FALK, Richard, RUIZ, Lester E. J. e WALKER, R. B. J. (orgs.). (2002), *Reframing the International: Law, Culture, Politics*. New York, Routledge.

Guerra, Terror, Julgamento

HARDT, Michael e NEGRI, Antonio. (2001), *Empire*. Cambridge, MA, Harvard University Press.

HOBBS, Thomas. (1991) [1651], *Leviathan* (organizado por Richard Tuck). Cambridge, Cambridge University Press.

HUNTINGTON, Samuel. (1997), *The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order*. London, Penguin.

NYE JR., Joseph S. (2002), *The Paradox of American Power: Why the World's Only Superpower Can't Go it Alone*. Oxford, Oxford University Press.

SCHMITT, Carl. (1985) [1922], *Political Theology: Four Chapters on the Concept of Sovereignty* (tradução de George Schwab). Cambridge, MA, MIT Press.

———. (1996) [1932], *The Concept of the Political* (tradução e introdução de George Schwab e novo prefácio de Tracy Strong). Chicago, University of Chicago Press.

WEBER, Max. (1994) [1919], “The Profession and Vocation of Politics”, in P. Lassman e R. Spiers (orgs.), *Weber: Political Writings*. Cambridge, Cambridge University Press.

Resumo

Guerra, Terror, Julgamento

O presente artigo responde a uma variedade de tentativas precoces de interpretar o significado mais amplo da violência do 11 de setembro de 2001. Seu argumento central diz respeito às bases do julgamento político. Aborda uma variedade de interpretações correntes para as formas contemporâneas de violência em parte relacionadas às alegações de uma política weberiana de responsabilidade, em parte relacionadas às tensões estruturais entre princípios de multilateralismo e unilateralismo. O artigo sugere que nem o multilateralismo nem o unilateralismo são suficientes para dar conta das questões sobre autoridade legítima e violência, para as quais o 11 de setembro de 2001 pelo menos trouxe um pouco mais de clareza. Conclui com uma breve alusão à crescente dificuldade para se desenhar linhas, não somente entre os civilizados e os bárbaros, mas também as linhas físicas que foram usadas para criar o sistema moderno de Estados, em muitos contextos, mas

R. B. J. Walker

esta é uma dificuldade que está na raiz de problemas mais sérios envolvidos na formação do julgamento político moderno.

Palavras-chave: Guerra – Terror – Julgamento – Soberania

Abstract

War, Terror, Judgement

This article responds to the variety of early attempts to interpret the broader significance of the violence of September 11, 2001. Its central argument concerns the grounds for political judgement. It reads a variety of current interpretations of contemporary forms of violence partly in relation to claims about a Weberian politics of responsibility and partly in relation to structural tensions between principles of multilateralism and unilateralism. Neither multilateralism nor unilateralism, the article suggests, is sufficient to engage the questions about legitimate authority and violence to which September 11, 2001 at least brought greater clarity. It concludes with a brief allusion to the increasing difficulty of drawing lines; not only lines between the civilized and the barbarian but also the physical lines that have been used to create a modern system of states, in many contexts, but this is a difficulty that is at the root of more serious problems involved in the formation of modern political judgment.

Key words: War – Terror – Judgement – Sovereignty